

# A TRAJETÓRIA DO ENSINO DA MUSEOLOGIA NO BRASIL

Gabrielle Francinne de S.C. Tanus<sup>1\*</sup>

Universidade Federal de Minas Gerais

## RESUMO:

Este artigo sistematiza, por meio de uma revisão de literatura, a trajetória do ensino da Museologia no país. Objetiva-se com esta revisão traçar o caminho da Museologia, desde a criação do primeiro curso até os dias de hoje, visando demonstrar as influências e os acontecimentos ao longo da história. Considera-se o momento oportuno para refletir sobre o ensino, haja vista o crescimento significativo dos cursos de Museologia, na última década, em diversas instituições de ensino superior, o que tem conduzido seu ensino a uma nova fase intitulada acadêmico-institucional. Enfim, espera-se despertar nos interessados, sobretudo, nos futuros museólogos, o desejo por uma contínua reflexão do ensino e do campo científico da Museologia.

## PALAVRAS-CHAVE:

Museologia. História do ensino. Cursos de museologia. REUNI.

## ABSTRACT:

This paper systematizes, through a literature review, the trajectory of Museology teaching in the country. The objective of this review is tracing the path of Museology, from the first course until the present day, in order to show the influences and the events throughout the history. It is considered an opportune moment to reflect about the teaching, due to the significant growth of Museology courses, in the last decade, have been increased in several institutions, to what leads its teaching to a new phase called academic-institutional. Finally, it is expected to arouse in the interested people, especially in the future museologists, the desire for a continued reflection of the teaching and of the scientific field of Museology.

## KEY-WORDS:

Keywords: Museology. History of teaching. Museology courses. REUNI.

---

<sup>1</sup> \* Mestranda em Ciência da Informação, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Bolsista CAPES/REUNI vinculada ao curso de Museologia. Possui graduação em Biblioteconomia (2010), pela mesma universidade. Integra os grupos de pesquisa: "Observatório de Museus" e "Epistemologia da Ciência da Informação". Durante a graduação realizou vários estágios na área; foi também bolsista de iniciação científica e monitora de disciplina. Tem interesse em Epistemologia da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, e nas relações destas áreas com a Ciência da Informação.

O ensino da Museologia inicia sua trajetória com a criação do Museu Histórico Nacional, pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, que previa também a criação do Curso Técnico (sic) com dois anos de duração e com disciplinas que seriam distribuídas entre as instituições já existentes: Arquivo Nacional e Biblioteca Nacional, e o recém-criado Museu Histórico Nacional, este que é considerado a primeira instituição museológica voltada especificamente para a história da nação (SÁ, 2007). A criação desse museu, em 1922, fez parte de uma conjuntura de importantes acontecimentos que contemplaram uma grande valorização das ideias e das culturas nacionais, como a Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, e a exposição do Centenário da Independência, no Rio de Janeiro, que se estendeu, nas dependências do Museu Histórico Nacional, até julho de 1923.

Em relação ao ensino das disciplinas, neste curso, caberia ao Arquivo Nacional ofertar as disciplinas História Política e Administrativa do Brasil, Cronologia e Diplomática; à Biblioteca Nacional, as disciplinas História Literária, Bibliografia, Paleografia, Epigrafia, Iconografia e Cartografia (no sentido de estudo, descrição e classificação das cartas geográficas); e ao Museu, as disciplinas Arqueologia e História da Arte, Numismática e Sigilografia (BRASIL, 1922). Todavia, por questões de ordem humana e estrutural I, este curso não entrou em funcionamento. Além dessas questões apontadas à época, Sá considera que tal curso “equivalia a um investimento na formação de técnicos absolutamente insólita para a realidade brasileira da época, sobretudo se considerarmos a inexistência de uma tradição museológica” (SÁ, 2007, p. 12).

Assim, o desejo de se criar um curso de museus, vinculado apenas a sua instituição mantenedora, concretizou-se sob a direção e fiscalização do Museu Histórico Nacional em 1932, isto é, após dez anos da tentativa frustrada de criação de um curso técnico. Mário Chagas (2009) ao descrever o contexto histórico de criação do primeiro Museu Histórico Nacional que, por mais de 40 anos, abrigou o Curso de Museus, destaca o centenário da independência como um mecanismo fortalecedor do desejo de construção de um espaço destinado a recontar a história do país e o enaltecimento do modelo republicano, visto que “a república ainda não havia constituído um projeto especial de memória que perpassasse pelos campos dos museus” (CHAGAS, 2009, p. 87).

Nesta ocasião, eclodia, em 1932, em São Paulo, a Revolução Constitucionalista, que objetivava a derrubada do Governo Provisório de Getúlio Vargas e a promulgação de uma nova constituição. As divergências com o então presidente Vargas, fez com que o idealizador do museu e do Curso de Museus, Gustavo Barroso, um dos apoiadores da campanha de Washington Luís à presidência, portanto, opositor de Vargas, fosse afastado da direção do Museu Histórico Nacional. Com esse afastamento, o Curso de Museus foi inaugurado no dia 3 de maio, com a aula magna do Dr. Pedro Calmon, sob a direção e fiscalização do historiador Rodolfo Garcia Amorim, que ocupou o cargo de diretor do museu de 1930 a 1932, quando saiu para assumir a direção da Biblioteca Nacional, o que marcou o regresso de Barroso à direção do museu, até 1959, ano de seu falecimento.

Visto isso, neste breve contexto de criação do Museu Histórico Nacional, o que equivale aos antecedentes históricos do próprio Curso de Museus, este artigo

---

I A criação deste curso não ocorreu efetivamente, em virtude dos seguintes motivos: “(...) leis dos adidos que mandavam aproveitar os funcionários em disponibilidade” (BIBLIOTECA NACIONAL, 1916, p. 466). A recusa de dois professores, em razão da discordância quanto à criação do curso e com o fato de que ao assumirem a docência estariam duplicando suas atividades de Bibliotecário/Chefe de seção e professor, não recebendo, por isso, qualquer adicional de salário (CASTRO, 2000). E, provavelmente, pela falta de espaço e da própria organização do museu em absorver todos os esforços da direção e dos técnicos, inviabilizando a implantação do curso técnico (SIQUEIRA, 2009).

tem como objetivo perfazer, a partir de uma revisão de literatura, a trajetória do ensino da Museologia no país, desde o primeiro curso de Museologia, o Curso de Museus, até a configuração do novo cenário do ensino, em que se apresentam 14 cursos regulares de Museologia em funcionamento em todo o país, e um curso vinculado a Faculdade Dom Bosco de Monte Aprazível (FAECA/SP), que está cadastrado no site do Ministério da Educação (E-MEC), mas ainda não iniciou suas atividades.

Portanto, considera-se este momento oportuno para reflexão da trajetória do ensino da Museologia, visando demonstrar suas influências e acontecimentos que marcaram o percurso desses cursos. Acredita-se que, com essa recente configuração dos cursos de Museologia vinculados a institutos, escolas e departamentos diferentes, delinea-se uma nova fase no ensino da Museologia, que pode ser intitulada como fase acadêmico-institucional. Essa nova fase decorre em virtude das diferentes vinculações dos cursos, bem como pela proximidade institucional, em especial, com os cursos de Biblioteconomia e os de Arquivologia<sup>2</sup>. Espera-se também que, além dessa pesquisa histórica, este trabalho desperte, sobretudo, em todos aqueles interessados a importância de manter uma reflexão contínua sobre o ensino e o campo da Museologia.

## 2 O primeiro curso de museologia do país: o curso de museus

O Curso de Museus, considerado o primeiro do gênero nas Américas e um dos primeiros do mundo, previa, no primeiro parágrafo de seu Decreto nº 21.129, de 7 de março de 1932, o ensino das seguintes disciplinas: no primeiro ano, História política e administrativa do Brasil (período colonial), Numismática (parte geral), História da arte (especialmente do Brasil), Arqueologia aplicada ao Brasil e, no segundo ano, História política e administrativa do Brasil, Numismática (brasileira) e Sigilografia, Epigrafia, Cronologia e Técnica de museus (BRASIL, 1932).

A maneira como essas disciplinas foram propostas revela o interesse na formação de conservadores voltados especificamente para a manutenção do museu. Além disso, esse curso vinculava-se de modo estreito com as necessidades do museu quanto à formação de técnicos para ocupar o lugar de 3º oficial<sup>3</sup>, bem como para a promoção e o preenchimento de cargos para essa mesma instituição. A criação de um curso para atendimento de uma necessidade endógena, dos interesses e demandas institucionais, ocorreu também com o curso de Biblioteconomia, o qual foi criado e mantido pela Biblioteca Nacional (CASTRO, 2000). Entretanto, diferente do ensino da Biblioteconomia, que, desde seu surgimento sofreu influências externas mais marcantes de escolas estrangeiras, o desenvolvimento no ensino da Museologia teve, durante o funcionamento do Curso de Museus, um estilo próprio de seu idealizador, denominado estilo Barrosiano. Este estilo refere-se à forma de dirigir, ensinar e transmitir conhecimentos e conceitos, bem como as normas e técnicas empregadas e aplicadas (SIQUEIRA, 2009).

Gustavo Barroso, todavia, não esteve imune às influências estrangeiras, quando, em 1919, foi designado secretário da delegação brasileira à Conferência de Paz, em

2 Esses dois cursos, Arquivologia e Biblioteconomia, foram selecionados para compor o corpus da análise relativa à proximidade e/ou afastamento com os cursos de Museologia, pois se acredita que tais cursos podem estabelecer diálogos enriquecedores no plano teórico-metodológico, epistemológico e do ensino.

3 O cargo de 3º oficial estava relacionado aos alunos diplomados no Curso de Museus, e à execução dos trabalhos de escrita ou outros a eles destinados, como, a prestação de serviços na biblioteca e no arquivo de qualquer seção que o museu dele necessitar, em que auxiliariam os demais oficiais na colocação e conservação dos livros e documentos, na organização dos catálogos e na consulta pública, e na substituição de 2º oficial (BRASIL, 1934).

Versalhes, Mário Chagas (2009, p. 82) apresenta que “essa função foi uma oportunidade especial para ampliar e solidificar sua rede de relações, para intensificar laços de amizade e para conhecer melhor algumas instituições museais europeias, canadenses e estadunidenses”. Além de ser um homem erudito e conhecedor minucioso de museus estrangeiros, percebe-se a influência familiar na construção do seu imaginário museal, de sua relação com a história e com os objetos, expressos por meio de um culto à saudade. Ademais, a direção do museu e do curso acabava também por transparecer sua postura centralizadora, elitista, aristocrática e conservadora (CHAGAS, 2009).

Tal estilo Barrosiano foi fortemente replicado por meio da disciplina idealizada e ministrada por ele, denominada “Técnica de Museus”, que consistia em uma das disciplinas totalmente inusitadas no continente americano (SÁ, 2007). Além disso, essa disciplina constitui até a atualidade a estrutura principal dos cursos de Museologia, na qual se engloba um vasto campo dos saberes como: museologia, museografia, museologia aplicada e conservação e restauro (SÁ, 2007). A feição particular que Gustavo Barroso imprimiu ao curso perdurou mesmo após sua morte, em 1959, visto que seus ex-alunos assumiram a docência e continuaram a utilizar sua obra, escrita em dois volumes, “Introdução à técnica de museus” de 1946, que norteou além das aulas, o currículo e o conceito do curso (SIQUEIRA, 2009).

Embora Chagas (2009, p. 109) reconheça a impossibilidade de moldar à maneira Barrosiana todos os alunos e os diplomados em Museologia, visto que “alguns fugiam à regra ou pelo menos seguiam caminhos distintos”, ele reconhece que o imaginário Barrosiano já estava institucionalizado. Assim, de modo geral, a figura de Barroso tornou-se indissociável da história do ensino da Museologia, tanto que ocorreram iniciativas, ao longo dos anos 60, em prol de mudar o nome do Curso de Museus para Curso Gustavo Barroso, Instituto Gustavo Barroso e Escola Gustavo Barroso (SIQUEIRA, 2009).

Em 1951, o Curso de Museus por meio de convênio firmado com a Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), passou de seu status técnico para status universitário, mas, de fato, a efetiva mudança física e conceitual do curso notadamente marcado pelo estilo Barrosiano, ocorreu somente quando o curso foi definitivamente transferido, em 1979, de uma instituição de memória para um local voltado para o ensino, pesquisa e extensão, a Federação das Escolas Federais Isoladas do Rio de Janeiro (FEFIERJ), atual Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Assim, após essa transferência, o Curso de Museus teve sua denominação modificada para curso de Museologia, o qual passa, em 1991, a vincular-se a única escola de Museologia do país, a Escola de Museologia da UNIRIO.

Acrescenta-se ainda que, além da figura notável de Gustavo Barroso junto à criação do Museu Histórico Nacional e do primeiro Curso de Museus do país, ele é também o responsável pela criação, em 1934, da Inspetoria de Monumentos Nacionais, que tinha como finalidade impedir a saída de objetos de valor histórico e artístico do país, e que os monumentos nacionais fossem demolidos, reformados ou transformados sem a permissão e fiscalização do Museu Histórico Nacional (BRASIL, 1934). Apesar da breve duração e atuação pontual na cidade mineira de Ouro Preto, esse primeiro órgão federal de proteção ao patrimônio foi desativado, em 1937, por conta da instituição do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)<sup>4</sup>. Para

---

4 A ideia de um continuísmo perpetuada pelos Anais do Museu Histórico Nacional, de 1944, entre a Inspetoria de Monumentos Nacionais e o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional visou diminuir a frustração de Gustavo Barroso pelo término da primeira instituição. Todavia, seria impossível considerar tal posição, haja vista as significativas diferenças entre a atuação das instituições e entre os grupos (neocolonial versus modernistas) que disputavam a hegemonia de uma política de preservação e patrimônio (OLIVEIRA, A., 2003; OLIVEIRA, 2008).

Chagas (2009), tal Inspetoria e o Curso de Museus, ambos criados dentro do âmbito do Museu Histórico Nacional, podem ser vistos como “divisores de água” do campo museal. Essa metáfora decorre no impacto ocasionado por esses dois acontecimentos, o primeiro, pelo pioneirismo nas atividades de inventário, identificação, conservação e restauração de bens tangíveis na cidade mineira e, o segundo, pela responsabilidade da institucionalização da Museologia e dos estudos de museus no Brasil.

Retomando a história do Curso de Museus, sabe-se também que a criação do SPHAN afetou diretamente esse curso, o que ocasionou, nos anos de 1940, o período em que houve uma maior procura de candidatos. Além disso, Siqueira (2009) aponta outros fatores que influenciaram, nestes anos, no crescimento da procura pelo curso, tais como, o aumento da quantidade de museus federais vinculadas a esta instituição e a emancipação feminina em busca pelo mercado de trabalho, impulsionada pela Segunda Guerra Mundial.

Outro acontecimento que impactou significativamente o Curso de Museus ocorreu na década de 1970, em razão das transformações do campo e dos conceitos ligados a Museologia e aos museus, trazidas pela Mesa de Santiago do Chile, evento realizado em 1972, que introduziu o conceito de museu integral, tornando inevitável uma nova reformulação curricular no Curso de Museus. Desta forma, em 1974, o curso passaria pela sua quarta reforma curricular, que amplia sua duração, de três anos para quatro anos, o que gerou um aumento na oferta de disciplinas de formação de caráter mais amplo e interdisciplinar (SIQUEIRA, 2009).

### 3 O segundo curso de museologia no país: um curso universitário

O segundo curso de Museologia, pioneiro na região norte e nordeste do país, foi o primeiro curso criado dentro de uma universidade, o qual fora instalado, em 1969, na Universidade Federal da Bahia (UFBA), por sugestão do arqueólogo e historiador de arte, Valentin Calderón, primeiro coordenador e idealizador. Santos (2008) ao remontar a trajetória desse curso esclarece que o currículo seguiu o modelo do primeiro currículo mínimo expresso pelo Parecer nº 971/69 e pela Resolução nº 14/1970, do Conselho Federal de Educação (CFE). Diferentemente do Curso de Museus, “[cujo] ensino [era] meramente descritivo pautado na aplicação de um conjunto de técnicas” (SANTOS, 2002, p. 181), o currículo do curso de Museologia da UFBA apresentava-se avançado para a época, porque ia além da ênfase dada ao museu e a coleção. O currículo era composto de disciplinas de áreas como Sociologia, Antropologia, Filosofia e História, portanto, mais abertos a outras áreas. Acredita-se que essa abertura é facilitada ou mesmo incentivada pela proximidade com outras áreas, devido a sua vinculação universitária.

Em 1979, esse curso da Bahia, após as discussões da Mesa-redonda de Santiago do Chile, assim como fizera o Curso de Museus, alterou seu currículo, “com o objetivo de adequar o curso à evolução do processo museológico, às necessidades regionais e ao mercado de trabalho” (SANTOS, 2008, p. 186). A segunda alteração curricular ocorreu em 1989, após a regulamentação da profissão dada pela Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984, aliada a uma ampla discussão sobre o perfil deste profissional, área e atuação e o papel dos museus promovido pela instituição através do Seminário de Avaliação do Curso.

Já com 40 anos de existência, o curso de Museologia da UFBA, demonstrando sua atualização frente às mudanças do campo passou por outra reforma curricular, iniciada em 2010, e implantada em 2011. Nesta última reforma, houve a

inclusão de mais disciplinas obrigatórias e atividades complementares a sua grade, além da oferta de várias disciplinas optativas, as quais têm por finalidade complementar a formação do discente, totalizando uma carga horária de 2.514 horas. Dentre as disciplinas pertencentes a outros departamentos, cita-se a título de exemplo: Semiótica, do departamento de Comunicação; História das Religiões, do departamento de História; Estética, do departamento de Filosofia; Arquivística, do departamento de Documentação e Informação; Psicologia das Relações Humanas, do departamento de Psicologia, entre outras disciplinas (UFBA, 2012). Ainda a fim de fortalecer o ensino, o curso oferta também Seminários Temáticos com temas atualizados, além de disciplinas voltadas especificamente para a pesquisa e práticas museológicas e vincula a elaboração de monografia e sua defesa pública para a conclusão do curso. Portanto, essas mudanças revelam a constante preocupação do curso frente às mudanças da área e do contexto sócio-histórico brasileiro.

#### 4 O curso de pós-graduação em São Paulo

Se o início da década de 1970 fora marcada pela criação do segundo curso de Museologia, o final da década iria ser marcado pela ação do Ministério da Educação e do Desporto (MEC), pela Resolução nº 14/77, do Conselho Federal da Educação, contra a abertura de novos cursos de graduação em Museologia. Desse modo, em 1977, em São Paulo, Waldisa Rússio Camargo Guarnieri, a partir do impedimento dessa resolução, criou o primeiro curso de pós-graduação lato sensu em Museologia, inspirado no curso de Churubusco, no México. Waldisa (2010) aponta que o curso de pós-graduação em Museologia foi criado nesse nível em virtude de quatro fatores: a exigência da interdisciplinaridade; a instituição em que foi instalado; o momento de criação e a publicação da resolução supracitada. Destaca-se que “foi dentro de uma escola de Sociologia, a Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo (FESPSP), que ela fez questão de criar o curso e lutar para mantê-lo” (COUTINHO, 2010).

O fato de o curso ter surgido junto à Escola Pós-Graduada de Ciências Sociais (EPG) beneficiou a estrutura e a forma pedagógica desse curso de especialização, e concomitantemente possibilitou aos alunos o cumprimento de créditos em outras disciplinas dessa escola, o que favoreceu o aparecimento de dissertações em nível stricto sensu. Assim, o curso de Museologia de São Paulo logo se configuraria no primeiro curso de mestrado na área, o que conduziu ao desenvolvimento de um pensamento museológico brasileiro e ao desenvolvimento conceitual da Museologia sob os alicerces da Sociologia, deslocando o objeto de estudo da Museologia, conhecido tradicionalmente como o museu, seus objetos e funções, para o fato museal ou fato museológico.

Após o falecimento de Waldisa, em 11 de junho de 1990, o curso idealizado por ela continuou atuando dentro do “universo waldisiano” por mais dois anos, até que foi definitivamente interrompido em 1992. A respeito desse curso, Santos (2008, p. 192) esclarece que “o curso e, posteriormente, o Instituto de Museologia da FESPSP, foram responsáveis pela formação de toda uma geração de museólogos com expressiva atuação no país”, os egressos desse curso foram também responsáveis pela luta para a regulamentação da profissão de museólogo, que se deu por meio da Lei nº 7.287, de 18 de dezembro de 1984. Esta lei pode ser vista também como um mecanismo de consolidação do campo da Museologia no país e, por conseguinte, motivadora da criação dos futuros cursos de graduação em Museologia.

## 5 Novo cenário: novos cursos de museologia

A criação de um terceiro curso de Museologia, o primeiro da região sul, remonta ao ano de 2004, institucionalizado no Centro Universitário de Barriga Verde (UNIBAVE), em Santa Catarina, em funcionamento até os dias de hoje. Entretanto, conforme apontam Oliveira; Costa e Nunes (2012) existiram outros cursos no intervalo do segundo para o terceiro curso de graduação, como o da Faculdade Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, que funcionou de 1975 a 1995. Além destes cursos de graduação, os referidos autores destacam que os cursos de pós-graduação desempenharam um papel importante no ensino da Museologia, como o curso já citado, criado por Waldisa Rússio, em São Paulo, o curso de especialização em Museologia, do Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (USP/CEMMAE), entre outros.

Retomando ao cenário museológico, no início dos anos 2000, composto por apenas três cursos de graduação, o Ministério da Educação lançou a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que dispunha sobre as diretrizes e bases da educação. Dessa forma, os cursos de Museologia existentes passaram a ser orientados, assim como os cursos de Biblioteconomia e Arquivologia, pelo Parecer nº 492, de 3 de abril de 2001, que apontou as competências e habilidades profissionais destes três cursos. Em relação a essas disposições, o curso de Museologia é o que mais se distingue dos outros dois cursos, em razão das orientações que circunscrevem em torno da compreensão e interpretação das relações do homem, museu, cultura e contexto, de operações de registro, classificação, catalogação e inventários do patrimônio, bem como pelas ações de planejar e desenvolver exposições e programas educativos e culturais.

Ainda no início dos anos 2000, o Governo Federal implantou, em 2003, por meio do Ministério da Cultura (MinC), a Política Nacional de Museus (PNM), que, desde então, vem investindo maciçamente na área museológica, gerando também reflexos como a criação de novos museus em todo o Brasil. Como parte integrante dessa política cultural foi criado, em 2009, o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Cultura, que dentre suas inúmeras ações, projetos, programas e atividades tem como uma de suas competências “implantar e manter atualizado o cadastro nacional de museus visando à produção de conhecimentos e informações sistematizadas sobre o campo museológico brasileiro” (BRASIL, 2009). Assim, em recente publicação “Museus em números”, oriunda de uma pesquisa extensiva e interdisciplinar, foi apontada a existência de 3.025 museus em funcionamento em todas as regiões do país. Desse modo, acredita-se que as ações em prol do crescimento e do fortalecimento das instituições museais despertaram nas instituições de ensino superior e na sociedade civil o reconhecimento da importância de formar profissionais aptos a trabalhar nesses espaços.

Recentemente houve outro estímulo para criação de novos cursos de Museologia nas instituições de ensino superior, que se deu com a implantação do Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, o qual institui o Plano de Estruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI). Desse modo, a partir de 2007, como parte do Plano Nacional da Educação (PNE) lançado pelo Ministério da Educação (MEC), foram criados mais nove cursos de Museologia<sup>5</sup>, com exceção dos cursos da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), ambos, criados em 2006, portanto, antes do REUNI.

5 Os cursos criados pela via do REUNI são: Universidade Federal de Sergipe (UFS), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Universidade Federal de Brasília (UnB), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Universidade Federal do Pará (UFPA), Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Ainda ao lado desse crescimento dos cursos de Museologia, nota-se a preocupação dos professores com a criação, em 2008, da Rede de Professores Universitários do campo da Museologia. No ano seguinte, em 2009, no II Encontro da Rede de Professores é criado um grupo de trabalho cujo objetivo consistiu em mapear o perfil dos 14 cursos em funcionamento no país. Esse mapeamento se deu mediante análise dos nomes das disciplinas obrigatórias, das ementas e dos projetos políticos-pedagógicos de cada um dos cursos. Os resultados desse estudo, em relação às matrizes curriculares dos cursos existentes, apontaram que 61% das disciplinas estão agrupadas dentro dos eixos específicos da Museologia, e 39% dentro de outras áreas. Esta elevada porcentagem de outras áreas reflete o aspecto interdisciplinar da Museologia, bem como a importância do contato com essas áreas ao longo formação do museólogo (OLIVEIRA; COSTA; NUNES, 2012).

A continuidade desse estudo pautou-se, sobretudo, na necessidade de criação de uma identidade comum e de um repertório referencial para formação oferecida pelas diferentes universidades, o que facilitaria a transferência dos alunos de uma escola para outra (OLIVEIRA, A. et al, 2012). Todavia, em razão da recente constituição dos cursos de Museologia, os quais tiveram autonomia para construção e adaptação de seus currículos, os autores supracitados alertaram que os resultados apontados poderão sofrer alterações ao longo do percurso, pois algumas grades curriculares analisadas tinham sido modificadas ou ainda seriam modificadas.

Posto isto, considera-se que esse recente cenário delineado pelos novos cursos de Museologia deve permanecer instável durante algum tempo, pois os cursos criados recentemente estão se acomodando nos locais em que foram institucionalizados, e ainda muitos deles deverão passar pela avaliação do MEC. De modo geral, na investigação das influências que estes cursos sofrem, é possível perceber, por meio da análise de seus projetos políticos-pedagógicos, referências advindas das discussões sobre o campo e o conceito de museus promovidos pelo Conselho Internacional de Museus (ICOM), fundado em 1946, e pelo Comitê Internacional para a Museologia (ICOFOM), criado em 1976.

Além disso, em alguns destes projetos políticos-pedagógicos, é possível encontrar citações de documentos gerados nos eventos promovidos pelo ICOM/UNESCO. Dentre esses eventos, destacam-se: o Seminário Regional sobre a função educativa dos museus, em 1958, a Mesa-Redonda do Santiago do Chile, em 1972, o I Atelier Internacional da Nova Museologia, realizado em Québec/Canadá, em 1984, nesse mesmo ano, a Reunião em Oaxtepec/México, e, em 1992, a Reunião de Caracas/Venezuela. Em alguns outros projetos políticos-pedagógicos houve a inclusão da Declaração da Cidade de Salvador, gerada no I Encontro Ibero-americano de museus, realizado em 2007. Em alguns outros projetos políticos-pedagógicos houve a inclusão da Declaração da Cidade de Salvador, gerada no I Encontro Ibero-americano de museus, realizado em 2007. Dessa forma, somam-se àqueles eventos incluídos mais esta nova influência, que passa a ser mais um documento norteador do pensamento museológico contemporâneo, do campo da Museologia, como também para os cursos e currículos de Museologia do país.

## 6 Considerações finais

A partir desta trajetória do ensino da Museologia, realizada por este artigo, percebe-se que seu ensino, em um primeiro momento, fora marcado por esforços

individuais de seus idealizadores, cada qual em seu momento, como no Rio de Janeiro, com Gustavo Barroso; na Bahia, com Valentin Calderón; e em São Paulo, com Waldisa Rússio Camargo Guarnieri. Esses esforços foram decisivos para a criação e manutenção dos cursos, os quais sofreram uma menor influência externa e institucional (ao contrário do que ocorrera com os cursos de Biblioteconomia, que tem sua história marcada pelas influências francesa e norte-americana). Todavia, isso não significa que o ensino da Museologia encontrava-se alheio às influências de outros países, o que ocorreu foi uma diluição dessas influências, nas figuras de seus idealizadores, posto que todos eles possuíam conhecimento da área e do funcionamento de museus estrangeiros. Além disso, é possível notar que os cursos têm sido influenciados por discussões teóricas museológicas do cenário nacional e internacional, bem como pelos debates e documentos produzidos pelos eventos do ICOM/UNESCO, tais discussões vem se modificando, ao longo das décadas, o que, por conseguinte, modificam os cursos.

A questão interdisciplinar aparece como uma constante dentro dos projetos políticos-pedagógicos, promovendo, assim, reflexos no ensino. A diversidade de tipos de museus existentes conduz a um profícuo diálogo interdisciplinar com outros campos do conhecimento: Arte, Antropologia, História, Sociologia, Filosofia e etc. Em relação a esses outros campos do conhecimento e por sua vez, seus respectivos profissionais, pesquisadores e especialistas, salienta-se o pertencimento dos mesmos como construtores da história do ensino e da Museologia no país, porque estes já vinham atuando no campo da Museologia como técnicos, professores e pesquisadores.

Enfim, nesse novo cenário, diferente de quando foi criado o primeiro curso da área, considera-se ser este um momento propício para a ampliação da discussão sobre o campo e do contato entre os diferentes cursos, para a manutenção um ambiente favorável a essa nova configuração do ensino e do campo; haja vista que todos os 14 cursos de Museologia estão institucionalizados em espaços acadêmicos de ensino, pesquisa e extensão. Assim, esses cursos de Museologia assumem distintas configurações acadêmico-institucionais, posto que estão alocados em diferentes faculdades, institutos, centros e/ou departamentos, a saber:

**Tabela 1 – Vinculação acadêmico-institucional dos cursos de Museologia no Brasil**

<b>IES</b>	<b>Vínculo acadêmico-institucional</b>
UnB	Faculdade de Ciência da Informação
UFPA	Instituto de Ciências das Artes
UFBA	Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Museologia
UFRGS	Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação
UFSC	Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia e História
UFMG	Escola de Ciência da Informação
UNIRIO	Centro de Ciências Humanas e Sociais. Escola de Museologia
UFG	Faculdade de Ciências Sociais
UFPE	Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Antropologia e Museologia
UFS	Campus Iaranjeiras
UFRB	Centro de Artes, Humanidades e Letras
UNIBAVE	Centro Universitário Barriga Verde
UFPEL	Instituto de Ciências Humanas. Departamento de Museologia, Conservação e Restauro
UFOP	Departamento de Museologia

Além dessa diversificada localização dos cursos de Museologia, acredita-se que a proximidade com os cursos de Arquivologia e os de Biblioteconomia influencia, de alguma maneira, o ensino e o campo por meio da troca de conhecimentos entre os professores, pesquisadores e alunos. Essa proximidade dos cursos de Museologia com estes cursos, alocados em uma mesma instituição de ensino superior, ocorre na metade dos 14 cursos de Museologia, a saber: UFRGS, UFPA, UNIRIO, UFSC, UFBA, UnB e UFMG. Nas últimas quatro universidades além dos três cursos de graduação (Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia) encontram-se, ainda, os programas de pós-graduação em Ciência da Informação, os quais possibilitam o desenvolvimento de pesquisas referentes ao campo museológico no nível do mestrado e/ou doutorado. Embora, os cursos de Museologia alocados na UFBA, UFPA e UFSC estejam próximos dos cursos de Arquivologia e Biblioteconomia, eles encontram-se institucionalmente vinculados a departamentos diferentes.

Em relação à proximidade dos cursos de Museologia apenas com os cursos de Biblioteconomia, essa configuração pode ser encontrada em três instituições de ensino superior, a saber: UFG, UFS e UFPE, esta última apresenta, ainda, o mestrado em Ciência da Informação. Todavia, esses três cursos de Museologia estão localizados em faculdades e centros diferentes dos cursos de Biblioteconomia. Os quatro cursos restantes, da UFRB, UNIBAVE, UFPEL e UFOP, estão alocados em instituições de ensino superior onde não existe curso de Biblioteconomia e/ou de Arquivologia, nem mesmo a pós-graduação em Ciência da Informação, ocasionando, assim, nestes casos, certamente um profissional com perfil diferenciado daquele que é formado por um tronco comum, como ocorre nos cursos da UFMG, UnB, UFRGS (ARAUJO; MARQUES; SANZ, 2011), posto que, um currículo não é apenas um conjunto organizado de disciplinas ou informações, mas de conhecimentos selecionados que corporificam formas particulares de agir, sentir, falar e “ver” o mundo e o “eu” (BLACKER, 1994).

Para além dos programas de pós-graduação em Ciência da Informação, que podem atender às pesquisas do campo museológico, faz-se necessário destacar que, hoje, no Brasil, o campo da Museologia conta também com os programas de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado e Doutorado) em Museologia e Patrimônio, implantados respectivamente em 2006 e 2011, em parceria com a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e com o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST); e o Mestrado interunidades em Museologia da Universidade de São Paulo, criado em 2012, em parceria com quatro instituições (Museu de Arqueologia e Etnologia, Museu Paulista, Museu de Zoologia e Museu de Arte Contemporânea).

Além desses programas de pós-graduação, estão em funcionamento os cursos de especialização *lato sensu* em Museologia e Patrimônio, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS); o curso *lato sensu* em Museologia, Colecionismo e Curadoria, ofertado pelo Centro Universitário de Belas Artes de São Paulo; o curso de especialização em Museologia e Sociedade (CEMUS), ofertado pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e o curso de especialização em Museologia, ofertado pelo Departamento de Biblioteconomia, na Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

Posto isto, é indispensável que os profissionais e os museólogos deem prosseguimento nas reflexões, dando continuidade à formação e expansão do pensamento museológico brasileiro, tal qual fizeram os primeiros pensadores do campo. Sendo assim, corrobora-se com os dizeres de Souza M. (2002), sobre a importância das constantes revisões, atualizações dos cursos de Museologia, uma

vez que não se terá um perfil do museólogo definido e definitivo. De igual modo, chama-se atenção para que os futuros museólogos, profissionais, pesquisadores e professores, responsáveis pela construção, manutenção e trajetória dos cursos de Museologia, atentem-se para o necessário embasamento teórico, que guia tanto o curso por meio de seu projeto político-pedagógico e seu currículo, quanto às práticas museológicas, visto que “a teoria nos permite ver relevância na observação, identidade no fato e significância nas interrelações” (MENSCH, 1994, p. 21).

## Referências

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila; MARQUES, Angélica Alves da Cunha; VANZ, Samile Andréa Souza. Arquivologia, biblioteconomia e museologia integradas na ciência da informação: as experiências da UFMG, da UNB e da UFRGS. Ponto de acesso, Salvador, v. 5, n. 1, p. 85-108, 2011.

BIBLIOTECA NACIONAL (BRASIL). Anais. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1916.

BLACKER, David. Foucault e a responsabilidade intelectual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. O sujeito da educação: estudos foucaultianos. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

BRASIL. Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 25 abr. 2007. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm)>. Acesso em: 11 jan. 2012.

BRASIL. Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/116733/decreto-15670-22>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

BRASIL. Decreto nº 21.129 de 7 de março de 1932. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, Seção 1, 11 mar. 1932. Disponível em: <[http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932502948\\_publicacaooriginal-1-pe.html](http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21129-7-marco-1932502948_publicacaooriginal-1-pe.html)>. Acesso em: 11 jan. 2012.

BRASIL. Decreto nº 24.735, de 14 de julho de 1934. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, Seção 1, 1934. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-24735-14-julho-1934-498325-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 11 jan. 2012.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 23 dez. 1996, p. 27833. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 15 jan. 2011.

BRASIL. Lei nº 11.906, de 20 de janeiro de 2009. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, 21 jan. 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/Lei/L11906.htm)>. Acesso em: 13 mar. 2013.

BRASIL. Parecer nº 492, de 03 de abril de 2001. Diário Oficial da União, Brasília, Seção 1, p. 50, 9 jul. 2001. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0492.pdf>>. Acesso em: 2 fev. 2012.

BRASIL. Ministério da educação. Consulta aos cursos de museologia. Disponível em: <<http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 11 de jan. 2012.

BRUNO, Maria Cristina Oliveira. O ICOM-Brasil e o pensamento museológico brasileiro: documentos selecionados. São Paulo: ICOM, 2010. 2 v.

CASTRO, Cesar. História da biblioteconomia brasileira. Brasília: Thesaurus, 2000.

- CENTRO UNIVERSITÁRIO BARRIGA VERDE. Curso de museologia. Disponível em: <<http://www.unibave.net/index.php?a=4774>>. Acesso em: 14 jun. 2012.
- CHAGAS, Mário de Souza. A imaginação museal: museu, memória e poder em Gustavo Barroso, Gilberto Freyre e Darcy Ribeiro. Rio de Janeiro: MinC/IBRAM, 2009. 257 p. (Coleção museu, memória e cidadania, 7).
- \_\_\_\_\_. Panorama dos museus no Brasil. In: ENCONTRO IBEROAMERICANO DE MUSEUS, I., 2007, Salvador. Anais... Brasília: IPHAN, 2010. v. 1. p. 35-56.
- COUNTINHO, Maria Inês Lopes. Waldisa, o curso de Museologia e o alunado. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). Waldisa Rússio Carmargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca, 2010. v. 2.
- DECLARAÇÃO da cidade de Salvador. Salvador, 2007. Disponível em: <<http://www.museus.gov.br/publicacoes-e-documentos/declaracao-da-cidade-do-salvador/>>. Acesso em: 4 maio 2012.
- GUARNIERI, Waldisa Rússio Carmargo. Conceito de cultura e sua interrelação com o patrimônio cultural e a preservação. Cadernos Museológicos, Rio de Janeiro: IBPC, 1990.
- \_\_\_\_\_. Museologia e identidade. In: BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Org.). Waldisa Rússio Carmargo Guarnieri: textos e contextos de uma trajetória profissional. São Paulo: Pinacoteca, 2010. v. 1.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Museus em números. Brasília, 2011. 2 v.
- MENSCH, Peter Van. O objeto de estudo da museologia. Rio de Janeiro: UNIRIO/UGF, 1994. (Pretextos museológicos, 1).
- OLIVEIRA, A. Conservadorismo a serviço da memória: tradição, museu e patrimônio no pensamento de Gustavo Barroso. 2003. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura)—Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2003.
- OLIVEIRA, A. et al. Proposta de diretrizes para um currículo referência de formação de graduação em museologia: bacharelado. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de; OLIVEIRA, Luciane, Monteiro (Org.). Sendas da museologia. Ouro Preto: UFOP, 2012.
- OLIVEIRA, Ana Cristina Audebert Ramos de; COSTA, Carlos Alberto Santos; NUNES, Gilson Antônio. Perfil dos cursos de graduação em museologia do Brasil. In: OLIVEIRA, Ana Paula de Paula Loures de; OLIVEIRA, Luciane, Monteiro (Org.). Sendas da museologia. Ouro Preto: UFOP, 2012.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Cultura é patrimônio: um guia. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- SÁ, Ivan Coelho de. História e memória do curso de museologia: do MHN à UNIRIO. Anais do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro, v. 39, p. 10-42, 2007.
- SANTOS, Maria Célia T. A aplicação da Museologia no contexto brasileiro: a práxis e a formação. In: \_\_\_\_\_. Encontros museológicos: reflexões sobre a museologia, educação e o museu. Rio de Janeiro: MinC; IPHAN; DEMU, 2008.
- \_\_\_\_\_. A formação do museólogo e o seu campo de atuação. Cadernos de Sociomuseologia, n. 18, p. 169-198, 2002.
- SIQUEIRA, Graciele Karine. Curso de Museus – MHN, 1932-1978: o perfil acadêmico profissional. 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio)—UNIRIO, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Rio de Janeiro, 2009.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Curso de museologia. Disponível em:

<http://www.ffch.ufba.br/spip.php?article235>. Acesso em: 15 jul. 2012.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Curso de museologia. Disponível em: <[www.unb.br/aluno\\_de\\_graduacao/cursos/museologia](http://www.unb.br/aluno_de_graduacao/cursos/museologia)>. Acesso em: 14 jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Curso de museologia. Disponível em: <[www.unirio.br/museologia/](http://www.unirio.br/museologia/)>. Acesso em: 14 jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS. Curso de museologia. Disponível em: <<http://www.cienciassociais.ufg.br/>>. Acesso em: 11 jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Curso de museologia. Disponível em: <[www.eci.ufmg.br/graduacao/museologia](http://www.eci.ufmg.br/graduacao/museologia)>. Acesso em: 15 jul. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Curso de museologia. Disponível em: <[www.museologia.ufop.br/](http://www.museologia.ufop.br/)>. Acesso em: 15 jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Curso de museologia. Disponível em: <<http://www.ica.ufpa.br/>>. Acesso em: 13 de jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS. Curso de museologia. Disponível em: <<http://museologiaufpel.wordpress.com/>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Curso de museologia. Disponível em: <[http://www.ufpe.br/proacad/index.php?option=com\\_content&view=article&id=157&Itemid=138](http://www.ufpe.br/proacad/index.php?option=com_content&view=article&id=157&Itemid=138)>. Acesso em: 10 de jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO BAIANO. Curso de museologia. Disponível em: <[www.ufrb.edu.br/museologia/](http://www.ufrb.edu.br/museologia/)>. Acesso em: 11 jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL. Curso de museologia. Disponível em: <[www.ufrgs.br/fabico/ensino/graduacao/museologia](http://www.ufrgs.br/fabico/ensino/graduacao/museologia)>. Acesso em: 14 jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Curso de museologia. Disponível em: <<http://museologia.ufsc.br/>>. Acesso em: 14 jun. 2012.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. Curso de museologia. Disponível em: <[laranjeiras.ufs.br/pagina/museologia-853.html](http://laranjeiras.ufs.br/pagina/museologia-853.html)>. Acesso em: 11 jun. 2012.

*Artigo recebido em agosto de 2012. Aprovado em janeiro de 2013*